



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 393/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

**UNIDADE:** Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo  
- FLORESTAL

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de informações sobre lista de unidades de conservação (UC) geridas pela Fundação Florestal, com respectivo ato normativo de criação da área; detalhamento sobre a existência de instrumentos de gestão para cada UC (planos de manejo e conselhos gestores) e respectivos atos normativos reguladores. Ausência de resposta recursal. Envio extemporâneo. Perda de objeto.

**DECISÃO OGE/LAI nº 393/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - FLORESTAL, conforme consta do SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre lista de unidades de conservação (UC) geridas pela Fundação Florestal, com respectivo ato normativo de criação da área; detalhamento sobre a existência de instrumentos de gestão para cada UC (planos de manejo e conselhos gestores) e respectivos atos normativos reguladores.
2. Em resposta, a Fundação informou que estava reunindo as informações e que, posteriormente, enviaria por e-mail. A ausência de resposta recursal motivou o presente apelo cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado - OGE, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instado sanar a supressão de instância, o órgão enviou as informações para esta OGE que encaminhou para a cidadã que, cientificada, não mais se manifestou, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).
4. Considerando que houve o atendimento do pedido, ainda que de forma extemporânea, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da citada Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado



São Paulo, 21 de setembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado